

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.024 - RO (2019/0162372-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : DIRECIONAL ÂMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
LTDA
ADVOGADOS : THALES ROCHA BORDIGNON - AC002160
MIRELE REBOUÇAS DE QUEIROZ JUCÁ - RO003193
GLEIDSON SANTOS OLIVEIRA - RO008479
MARCELO FEITOSA ZAMORA - AC004711
RECORRIDO : GERALDO DUARTE CORREA NETTO
ADVOGADOS : ANDIARA AFONSO FIGUEIRA - RO003143
ERINELDA BEZERRA KITAHARA E OUTRO(S) - RO006195

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE OBRA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de reparação por danos materiais e compensação por danos morais. Atraso na entrega de obra.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
4. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por DIRECIONAL ÂMBAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 10/12/2018.

Concluso ao gabinete em: 23/08/2019.

Ação: de reparação por danos materiais e compensação por danos morais ajuizada por GERALDO DUARTE CORREA NETTO, em desfavor da

recorrente, em razão de atraso na entrega de imóvel.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos, para condenar a construtora no pagamento de danos materiais a serem apurados em liquidação, e dano morais arbitrados em R\$10.000,00.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

Consumidor e Processo Civil. Compra de imóvel. Atraso na entrega da obra e na entrega. Dano moral cabível. Adequação Ressarcimento com alugueres. Cabimento.

Considera-se incorporação imobiliária o negócio jurídico pelo qual o incorporador se obriga a realizar, por si ou por terceiros, a construção de unidades imobiliárias em edificação coletiva e, bem assim, a transmitir a propriedade destas unidades aos respectivos adquirentes, firmando os respectivos contratos durante a construção; em contrapartida, obrigam-se os adquirentes a pagar o preço das unidades que se comprometeram a adquirir. (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2012, p.369).

As incorporadoras imobiliárias estão sob a égide do Estatuto Consumerista. Precedentes do STJ.

Respondem as incorporadoras imobiliárias pelos prejuízos materiais e morais causados aos compradores do imóvel entre com atraso, devendo, inclusive, ressarcir os alugueres que o consumidor pagou durante o período de atraso do empreendimento, bem como as taxas condominiais pagas pelo adquirente antes da imissão no imóvel.

Na fixação do dano moral, deverão ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo razoável o patamar de R\$ 10.000,00.

Recurso especial: insurge-se contra sua condenação em danos morais, alegando exorbitância e sustentando ter demonstrado o motivo de caso fortuito ou força maior para o atraso na entrega do imóvel. Afirmar ser válida a cláusula de tolerância fixada em dias úteis.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que a recorrente não alega violação de qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da divergência jurisprudencial

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 199) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora